

7

Actualidade, urgência e colectivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (1976-1986)

Carlos Fernandes

Introdução

Este artigo pretende discutir a emergência de um novo campo de pesquisa no Moçambique pós-independente e, em particular, no Centro de Estudos Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane, a partir de um Relatório de Investigação intitulado, *Zimbabwe - A Questão Rodésiana*, produzido colectivamente pelos investigadores do CEA em Outubro de 1976.

A análise será feita dentro de um contexto histórico específico: o período em que a Frelimo se transformou num partido marxista-leninista e tentou construir uma sociedade socialista em Moçambique (1977-1984). Foi com a assinatura dos Acordos de Nkomati, em 1984, que Moçambique começou o seu processo de reformas políticas e económicas. Encontrando-se sob uma enorme crise causada pela persistente guerra civil e por uma gestão económica deficiente, o governo moçambicano começava gradualmente a abandonar o seu ambicioso projecto de construção de uma sociedade socialista, adoptando (depois da sua adesão às instituições de Bretton Woods), um programa de reformas orientadas para a economia de mercado.

Quando se fala da grande contribuição do CEA para o desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique pós colonial, *A Questão Rodésiana* não é muito referenciada pelos pesquisadores ligados a esta instituição. Há uma tendência, entre estes investigadores, de privilegiarem a obra *O Mineiro Moçambicano*, assim como o Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, ambos sob direcção

de Ruth First, como o *ex libris* do Centro.¹ Embora estes dois projectos tenham sido basilares para o fortalecimento do campo da pesquisa em Ciências Sociais no pós-independência, este artigo defende, no entanto, que a pesquisa para *A Questão Rodesiana* mudou radicalmente a forma de se fazer investigação em Ciências Sociais em Moçambique.

A génese do ensino superior e pesquisa em Moçambique: Algumas observações

Não se pode falar da história da pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique pós-independente sem olhar antes para o seu passado colonial, onde se estabeleceram as primeiras instituições de ensino de pesquisa. Com a descolonização, a Frelimo herda uma estrutura social e económica distorcida e extremamente subdesenvolvida. O poder colonial português não tinha capital suficiente para promover o desenvolvimento económico das suas colónias, daí por exemplo a dependência estrutural da força migrante moçambicana para as minas da África do Sul como um dos principais vectores do desenvolvimento económico de Moçambique. Por outro lado, as estruturas educacionais eram também demasiadamente fracas para responder às necessidades do desenvolvimento nos anos que se seguem à independência. No que concerne, por exemplo, ao ensino superior, vemos que tanto em Portugal como nas suas colónias este era bastante fraco e incipiente, tendo sido constituído nestas últimas apenas nos primeiros anos da descolonização africana.

A emergência do ensino superior em Moçambique data de 1962, quando os Estudos Gerais Universitários de Moçambicanos (EGUM) foram criados pelo governo colonial português quer em resposta às críticas dos movimentos nacionalistas das ex-colónias portuguesas, quer ainda como parte da nova postura de Portugal na sua relação com os territórios africanos sob seu domínio (Cruz e Silva 2005). Portugal pretendia, assim, mostrar aos moçambicanos e ao mundo em geral que se preocupava com o desenvolvimento da educação nas suas colónias. Uma estratégia que servia unicamente para legitimar e reproduzir a sua dominação colonial. Os EGUM foram, nos finais da década de 1960, transformados em Universidade de Lourenço Marques, na senda da política de privilegiar “a população colona que se radicara em Moçambique, e a uma pequeníssima elite de moçambicanos *assimilados* aí residentes” (Cruz e Silva 2005). Não é por acaso que, até à independência, só existiam 40 moçambicanos negros na Universidade (Buendia 1999: 268).

Por outro lado, não havia no currículo universitário, tanto em Moçambique como na “metrópole”, cursos na área das Ciências Sociais e Humanas, ou disciplinas como Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, etc. Em Moçambique, os únicos cursos com alguma afinidade com as Ciências Sociais² que então se ofereciam eram Ciências Pedagógicas, Filosofia Românica, História

e Geografia, que conferiam o grau de Bacharelato, e os cursos de preparação de Provedores-adjuntos do 8º e 11º grupos” (Pacheleque *et al.* 1993).

Como afirmou Teresa Cruz e Silva³,

Não havia ensino de Ciências Sociais. Ciências sociais eram uma palavra, um conceito, ou um curso que no período colonial não era bom de ouvir. Só nos era permitido fazer o Bacharelato ou então éramos obrigados a ir a Portugal para terminar, pelo receio que eles tinham que qualquer curso de ciências sociais pudesse desempenhar. Direito era absolutamente proibido, Antropologia nem pensar, e então só havia o curso de História que era de Bacharelato.⁴

Tendo em conta os objectivos que se propunham, os cursos universitários estavam na sua maioria voltados para o ensino da cultura e valores portugueses. Mais do que proporcionar um espírito crítico e de debate entre os alunos, procuravam sustentar a visão do mundo do colonialismo português em Moçambique, onde Portugal aparecia como o único e legítimo poder colonial, capaz de “elevar os *indígenas* tidos como selvagens à condição de cidadãos” (Zamparoni 2007:54). Era, assim, um currículo que ‘naturalizava’ a supremacia de Portugal e a suposta inferioridade africana, contribuindo, deste modo, para a reprodução dos privilégios e da hegemonia da população colona branca.

Em termos de pesquisa em Ciências Sociais no país, havia uma única instituição: o Instituto de Investigação Científica de Moçambique (IICM), considerado a ‘catedral’ das ciências sociais coloniais,⁵ pois que mais do que a universidade era neste Instituto que se realizava toda a pesquisa científica. Uma das características do ensino superior em Portugal era a clara separação entre o ensino e pesquisa. A universidade era vista como uma instituição meramente educacional, enquanto a pesquisa estava localizada fora da universidade e, neste caso particular, no IICM (Aasland 1984:19).

Este Instituto tinha sido fundado em 1955, e era controlado a partir de Lisboa pela Junta de Investigações do Ultramar. Segundo Pacheleque *et al.*, com a criação dos ‘Estudos Gerais Universitários/Universidade de Lourenço Marques’, o IICM colaborou com a universidade, mas sempre se manteve como instituição independente. Investigadores do IICM regiam cadeiras ou ministravam palestras para estudantes da Universidade, e estes e outro pessoal académico tinham acesso à biblioteca do IICM. Ainda segundo Pacheleque, o objectivo maior do Instituto era a investigação científica, tecnológica, económica e sociológica. O seu campo de pesquisa compreendia os ramos das ciências biológicas, ciências da terra e as ciências sociais, sendo que, na década de 1950, era o único organismo em Moçambique em cuja estrutura foi considerado o estudo das ciências sociais e humanas (Pacheleque *et al.* 1993).

O IICM efectuava pesquisa na área de Etno-História, Sociobiologia, Pré-história, Antropologia, Geografia Humana e Linguística. Contudo, eram poucos

os trabalhos que reflectiam um interesse contemporâneo sobre a realidade social e cultural moçambicana. Havia, no entanto, algumas excepções. Por exemplo, a investigadora moçambicana, doutorada em Direito, Maria Leonor Correia de Matos, traduziu para português, em 1957, 'Usos e costumes dos Bantu' do antropólogo suíço Henri Junod, e mais tarde escreveu sobre as chefaturas das zonas Chope. O antropólogo e administrador colonial Rita-Ferreira publicou um estudo sobre os africanos de Lourenço Marques. Houve também uma investigação levada a cabo pelo IICM sobre mulheres que comercializavam camarão, onde se argumentava que havia um pequeno sector africano onde era possível a acumulação. Nos finais de 1960, estes estudos começaram a ser publicados numa revista do Instituto chamada *Memórias do IICM*.

A par destes pequenos estudos sobre a realidade contemporânea moçambicana, o IICM limitava-se a fazer resenhas, revisões bibliográficas e traduções de obras de antropologia colonial. Segundo Pacheleque, o IICM (secção de Ciências Humanas) tinha somente 3 investigadores permanentes. Devido ao escasso número de investigadores pertencentes a esta instituição, estas pesquisas eram realizadas na sua maioria por colaboradores do Instituto e, muitas vezes, por pessoas que não tinham nenhuma formação na área de ciências sociais. Uma situação que espelhava o fraco desenvolvimento destas ciências em Portugal. Assim, a existência de colaboradores permitia superar alguns desses vazios e consentia ao IICM a possibilidade de ter investigadores disseminados por várias partes do país, aonde se achavam no exercício das suas profissões em outras instituições (Pacheleque *et al.* 1993). Estes colaboradores do IICM eram basicamente funcionários da administração colonial, missionários, exploradores, etnólogos, etc. Estavam assim *organicamente* ligados à administração colonial, mais preocupados em conhecer a realidade social moçambicana a fim de *bem administrar*.⁶ Não havia ainda uma tradição vigorosa de pesquisa em ciências sociais, pois que disciplinas como História e Sociologia ainda não se tinham estabelecido no campo científico português, e muito menos o conhecimento profundo e imparcial sobre a realidade moçambicana. Como notou Jeanne Penvenne,

A concepção colonial portuguesa de História Africana – ou melhor, o sentido distorcido da experiência histórica dado aos africanos pelos portugueses – tinha sido largamente relegada para a antropologia e para uma espécie de pseudo-sociobiologia.⁷

O IICM, nos anos subsequentes à independência nacional, e à medida que o CEA se ia fortalecendo, começou gradualmente a perder o seu espaço físico e intelectual, curiosamente sem nunca ter sido oficialmente extinto. Com a grande fuga dos portugueses na altura da independência, a maioria dos pesquisadores e pessoal administrativo abandona o instituto. Em 1976, o Instituto seria então

integrado, por decreto do então Ministério da Educação e Cultura, na estrutura administrativa universitária.⁸ A revista de ciências sociais do IICM deixa de ser editada, uma vez que já não mais se realizava pesquisa nesta Instituição. O IICM acabou, assim, circunscrevendo a sua actividade à promoção de debates, palestras e cursos de História, organizados por outros órgãos da universidade como a Faculdade de História da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

O pós-Independência: Tentativa de criação de uma “universidade para o povo”

Moçambique testemunha, na altura da independência em 1975, o êxodo massivo de professores universitários portugueses bem como de estudantes. Nos primeiros anos da independência, entre 1975 e 1978, o número de estudantes reduziu de 2.433 para 740, enquanto o número de docentes moçambicanos esteve abaixo de 10 professores (Beverwijk 2005:102). Devido a esta falta de professores universitários, a universidade foi obrigada a ‘improvisar’, usando alunos-monitores que colaboravam na docência e investigação sob a orientação directa de um professor.

O Estado pós-colonial em Moçambique herda, assim, uma estrutura de ensino e pesquisa bastante frágil, eurocêntrica e sem espaço para o debate e questionamento crítico. Como afirmou Aasland (1984:19),

A separação entre a pesquisa e o ensino universitário parece ser uma característica da estrutura universitária portuguesa, uma estrutura concebida para servir um sistema político autoritário que não permite espaço para debate e questionamento. Um dos efeitos disso foi que ambos os professores e estudantes na universidade em Moçambique não estavam familiarizados com a prática de questionamento crítico e o teste empírico.

Em Janeiro de 1976 inicia-se o primeiro ano lectivo da única universidade existente na altura. Em Maio do mesmo ano deu-se a mudança do nome de Universidade de Lourenço Marques para Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao primeiro presidente da Frelimo. Esta mudança marcava simbolicamente a tentativa do poder político de efectuar uma ‘ruptura completa com o passado colonial’ (Ganhão 1984) e do impor de uma nova concepção de ensino superior. Uma universidade popular ao serviço da sociedade moçambicana ‘rumo ao socialismo’.

O ensino de Ciências Sociais, nestes primeiros anos de independência, não sofre grandes mudanças. Os cursos de Ciências Sociais e Humanas ministrados pela Faculdade de Letras mantiveram por um período relativamente longo a estrutura anterior do bacharelato, com a duração de 3 anos, não obstante terem-se iniciado transformações curriculares de forma a adequar os objectivos e conteúdos à realidade política, social e económica do país. Assim, para o caso

concreto do Curso de História foram introduzidas as cadeiras de ‘História de Moçambique’ e ‘África’; o conteúdo temático do curso de Filologia Românica alterou os seus objectivos e passou a designar-se por Curso de Letras Modernas (Loforte e Mate 1993: 3).

Havia grande interesse político em transformar radicalmente a universidade e os seus conteúdos de ensino. A disciplina de História tinha agora um papel particularmente importante. Teria que ser, em primeira instância, uma história da opressão colonial nas suas várias formas, como também a história da resistência africana ao colonialismo. Enfim, uma história que pudesse reafirmar a experiência histórica do sujeito africano silenciado pela historiografia colonial, restaurando os valores culturais e a dignidade africana, e que também pudesse ajudar nas aspirações da Frelimo de construir a nação moçambicana.

Fernando Ganhão, primeiro Reitor após a independência, e membro sénior do partido Frelimo, numa entrevista em Janeiro de 1975 asseverava:

Transformar a Universidade de Lourenço Marques, desde sempre ao serviço do poder colonial, numa instituição educativa ao serviço do poder popular exige orientação pela vanguarda organizada do povo – a Frelimo – e participação de todos os elementos na sua gestão segundo os princípios da democracia popular, e ainda a identificação de todos os universitários com a causa popular [...] A integração dos estudantes no processo revolucionário da eliminação das classes se fará com a mesma atitude com que vencemos a guerra. Vamos procurar vencer na paz, inspirados nessa experiência.⁹

Esta forma de conceber a missão da universidade, dos cientistas sociais e investigadores, fazia parte, parafraseando Michel Foucault,¹⁰ do ‘regime de verdade’ que a Frelimo pretendia estabelecer na sociedade moçambicana. Aos quadros da nova universidade era solicitado que se armassem com a ‘teoria da mudança social na nossa região’ que permitisse alterar as condições sociais herdadas do colonialismo português bem como a sua dependência em relação ao sistema capitalista sul-africano. A teoria da mudança social proposta pelo poder entrava em conflito com a chamada ‘teoria da ordem social’, considerada como ‘uma das teorias mais reaccionárias da ciência social burguesa’ (Foucault, 1981). Para os dirigentes da Frelimo, a génese da teoria social não deveria estar exclusivamente ligada ao estudo de texto, à sala de aulas, mas também numa ‘prática e nas lutas sociais’. A universidade, na óptica do poder, deveria estar voltada ‘para a produção de intelectuais que estejam decididos a engajar-se no processo prático de transformação social. No caso de Moçambique, capazes de construir e consolidar, em aliança com outras classes e grupos, as bases duma sociedade socialista’ (Ganhão 1984).

A realidade no terreno, nos primórdios da independência, mostrava outro cenário longe dos anseios da ‘utopia frelimista’: falta de quadros na universidade, exiguidade de pesquisadores, inexistência de trabalhos de pesquisa que abordassem

o Moçambique contemporâneo e os seus desafios para o desenvolvimento socialista. Tornava-se, assim, cada vez mais urgente, nesta fase ‘revolucionária’ que Moçambique vivia, desenvolver algo em torno das ciências sociais para colmatar o vazio deixado pela herança colonial portuguesa.

Havia, deste modo, uma grande pressão sobre os cientistas sociais para demonstrarem os benefícios sociais e económicos do seu trabalho científico. A pesquisa deveria estar ao serviço da transformação das condições sociais de Moçambique. Era, assim, privilegiado o paradigma das ciências sociais aplicadas, o que significava uma estreita ligação com os fazedores de políticas.

O nascimento do CEA

Estávamos também no período do êxodo de professores e investigadores portugueses, e consequente ameaça de paralisação da universidade. Segundo Fernando Ganhão,

Não havia moçambicanos para os substituir. Fomos aos países socialistas para buscar pessoas para preencher o vazio. Como eu próprio vinha de um país socialista, a Polónia, onde estava a fazer o meu Doutoramento mas sabia também das limitações que eles tinham em Ciências Sociais, e também não queria reproduzir esses modelos aqui em Moçambique, decidi então virar-me para a Universidade de Dar Es Salaam, onde encontrei, no Centro de Pós-Graduação em Estudos de Desenvolvimento, alguns investigadores, dentre os quais Marc Wuyts, a quem desafiei para ir trabalhar connosco a fim de criar uma área de ensino em ciências sociais aqui na UEM.¹¹

A ideia inicial do Reitor Fernando Ganhão não era propriamente criar um centro de pesquisa, mas sim de introduzir na nova universidade um curso de ciências sociais e disciplinas como Sociologia, Antropologia, Economia, etc. Acontece que esta ideia nunca se concretizou, e então o Reitor voltou-se para a necessidade de se criar algo em torno da pesquisa em História e assim aproveitar os poucos jovens estudantes moçambicanos finalistas do Bacharelato em História e que já vinham fazendo alguma investigação histórica (tanto como estudantes como também nos seus próprios trabalhos de fim de curso do bacharelato), e aproveitá-los para promover algo na área da pesquisa.

Segundo Ganhão,

Falei com várias pessoas, convidei o Dr. Aquino de Bragança, que era jornalista do *Afrique-Asie* e contactei os meus estudantes do Bacharelato de História. Eu era professor de História. Então chamei alguns, dentre os quais o Luís de Brito, o Carlos Serra, a Teresa Cruz e Silva, a Isabel Casimiro e outros que agora não me lembro, portanto todo aquele grupo de estudantes, e foi nessa altura então que me lembrei de fazer uma homenagem àquele CEA de 1949 que foi criado em Lisboa por Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e outros que se encontravam exilados [...]. Não teve uma vida longa esse centro em Portugal, mas a ideia era fazer-lhe uma homenagem aqui.¹²

Como se pode notar, o projecto da constituição de um centro de pesquisa em ciências sociais com enfoque nos estudos africanos não foi inteiramente premeditado. Esta ideia foi surgindo gradualmente à medida que o contexto local e internacional (tendo já no CEA pessoas como Aquino de Bragança e Ruth First), foram impondo essa necessidade histórica. A criação do CEA está, assim, ligada, de um lado, a um contexto mais global da revitalização das ciências sociais no mundo pós - colonial, onde se procurava dar um novo rumo ao ensino e à pesquisa, e onde elas eram chamadas a desempenhar o seu papel em prol da emancipação e justiça social, com grande enfoque na compreensão do mundo bipolar da Guerra Fria. Por outro lado, há que ter em conta o contexto mais local de revitalização da nova universidade sob liderança da Frelimo, que procurava, sob o impacto do grande êxodo de professores e estudantes, mudar radicalmente a face da universidade, salvaguardando alguma coisa em termos de pesquisa em ciências sociais. A disciplina de História teve aqui um papel central na reescrita da nova História de Moçambique, tendo como ponto de partida a experiência da luta de libertação nacional contra o domínio colonial português e a construção da nova nação moçambicana ‘rumo ao socialismo’. Poderíamos ainda falar de um contexto regional onde se procurava criar um elo forte entre pesquisa e as lutas de libertação do ANC, do Zimbábwe e Namíbia em relação ao sistema capitalista do *apartheid* na África do Sul.

O Centro de Estudos Africanos (CEA) é formalmente criado em Janeiro de 1976 como um órgão da Universidade Eduardo Mondlane, tendo como director Aquino de Bragança, jornalista de renome internacional, académico, professor na UEM, e conselheiro pessoal do Presidente Samora Machel.

No primeiro ano de existência do CEA, a equipe de investigadores era constituída por uma geração de jovens historiadores moçambicanos recrutados no Bacharelato de História na Universidade de Lourenço Marques, nomeadamente Luís de Brito, Eulália de Brito, Miguel da Cruz, Ana Loforte, Salomão Nhantumbo, Amélia Muge, João Morais e Teresa Cruz e Silva. Estes dois últimos pertenciam, numa primeira fase, ao Departamento de Arqueologia. Logo a seguir chega mais um investigador, António Pacheco, e o Centro começa a dar os primeiros sinais de vida na pesquisa em ciências sociais. O CEA estava nesta altura exclusivamente ligado à pesquisa na História colonial de Moçambique, dividida em secções, cada uma representando um diferente período histórico. Os investigadores Luís de Brito, Eulália de Brito e António Pacheco, incluindo o próprio director do Centro, constituíam o grupo de pesquisa da África Austral, uma vez que Aquino de Bragança pôs logo a necessidade de se olhar Moçambique no seu contexto regional. Nogueira da Costa e Miguel da Cruz constituíram o grupo da história do século XIX, particularmente das companhias majestáticas; Ana Loforte, Salomão Nhantumbo e Amélia Muge constituíram o grupo de Antropologia, e os restantes estudantes/pesquisadores ficaram na Arqueologia.

Como podemos depreender, estas áreas de pesquisa do CEA estavam mais direccionadas para a pesquisa documental, havendo, portanto, muito pouca pesquisa de terreno. É preciso frisar que alguns destes primeiros investigadores, a título individual, fizeram pesquisa ligada aos seus projectos de fim de curso, incluindo-se nesses casos alguma pesquisa empírica.

Esta era, portanto, a estrutura inicial do Centro onde, curiosamente, no seu primeiro ano de funcionamento, todos os seus investigadores eram moçambicanos. Gradualmente foram então aparecendo investigadores estrangeiros, como Kurt Mandorin, Barry Munslow, Allen Isaacman e Basil Davidson, que faziam pesquisa sobre a história do novo Moçambique ‘rumo ao socialismo’. Alguns destes investigadores tinham sido inicialmente recrutados para ensinar no curso de ciências sociais idealizado pelo Reitor Ganhão, acabando integrados no CEA como colaboradores.

Segundo Marc Wuyts, economista britânico e investigador sénior do CEA, esta foi uma fase importante e de grande valor instrutivo para os investigadores estrangeiros que vinham chegando, com conhecimento limitado sobre a História de Moçambique. Como afirmou Wuyts,

Foi nesta altura que aprendi muito sobre Moçambique, indo aos seminários, apresentações de trabalhos dados por esses jovens pesquisadores e por vários outros pesquisadores (historiadores, arqueólogos, antropólogos) – dentre os quais, mas não somente, um número de pesquisadores franceses famosos – que trabalharam sobre Moçambique ou mais geralmente sobre África.¹³

A Questão Rodésiana – O contexto social da sua produção

O director do Centro, Aquino de Bragança, intelectual engajado nas lutas pela justiça social e emancipação dos povos oprimidos, considerado por muitos como o ‘nómada da luta anti-colonialista’,¹⁴ pôs logo a questão da necessidade de o CEA estudar Moçambique no contexto da África Austral. Aquino de Bragança estava profundamente envolvido no processo de descolonização do Zimbabwe como conselheiro pessoal do Presidente Samora Machel, o que lhe permitiu envolver-se em múltiplas discussões com elementos da ZANU (PF)¹⁵ de Robert Mugabe, que viria em Fevereiro de 1980 a ganhar as eleições no novo Zimbabwe independente.

O apoio de Moçambique à causa da independência do Zimbabwe remonta aos primeiros anos das lutas de libertação, nas décadas de 1960 e 1970, quando a Frelimo e a ZANU se constituíram em movimentos de insurgência contra o domínio colonial. Por outro lado, devido ao facto de estes dois países partilharem a mesma fronteira, ambos os governos coloniais da Rodésia e Moçambique haviam empreendido considerável energia na cooperação militar contra os respectivos movimentos de libertação.¹⁶

Em Março de 1976, Moçambique fecha as suas fronteiras com a Rodésia, cortando as relações comerciais e impondo sanções ao governo de minoria branca de Ian Smith. Esta atitude, segundo Young (1990) e Hall (1990), fez com que os rodesianos, como retaliação, acreditassem com mais vigor na necessidade urgente de criar um grupo insurgente em território moçambicano, tendo como objectivo principal a sabotagem, afectando deste modo as populações e a economia do país. Era, assim, formada, em 1976, a Resistência Nacional de Moçambique, Renamo (Hall 1990:39)¹⁷.

Um ano depois da independência, em Fevereiro de 1976, iniciam-se os ataques ao território moçambicano, primeiramente nas províncias de Tete e Manica, no centro de Moçambique, e mais tarde em Gaza, no sul do país. Afirmava o jornal *Notícias*:

Moçambique está em guerra contra o governo racista da colónia britânica da Rodésia do Sul. Em guerra contra os exploradores do povo irmão do Zimbabwe, em guerra contra os assassinos do nosso próprio povo.¹⁸

É assim que a Frelimo solicita ao director do Centro, Aquino de Bragança, que realizasse um estudo sobre a situação sócio-económica do Zimbabwe, para que o governo moçambicano pudesse ter um melhor entendimento do tipo de problemáticas, tensões e contradições que poderiam emergir no processo da negociação da independência daquele país. O CEA realiza, deste modo, em Outubro de 1976, o seu primeiro projecto colectivo:¹⁹ *'Zimbabwe – A questão Rodésiana'*. Este empreendimento científico do CEA deixa de respeitar a antiga divisão orgânica do Centro em áreas temáticas da história colonial e junta todos os investigadores disponíveis numa mesma acção colectiva.

Foi ainda durante a preparação deste projecto de pesquisa colectiva que o economista Marc Wuyts, docente na Faculdade de Economia da UEM desde Julho de 1976, recebeu o convite de Aquino de Bragança para integrar a equipe de pesquisadores do CEA. Durante toda a estadia em Moçambique, de Julho de 1976 a Dezembro de 1983, Marc Wuyts continuou a trabalhar tanto no CEA como na Faculdade de Economia.²⁰

O estudo, produzido pelo CEA em Outubro de 1976, pretendia servir de base à conferência de Genebra,²¹ convocada pela potência colonizadora, a Grã-Bretanha, para esse mesmo ano, e que visava o estabelecimento de um governo de transição para a independência no Zimbabwe.

Segundo os próprios investigadores do CEA, este Relatório foi a primeira actividade e publicação colectiva do Centro desde a sua constituição. O projecto foi elaborado e investigado, e o relatório colectivamente escrito num curto período de três semanas (CEA 1978). Participaram nesta empreitada oito investigadores do CEA, nomeadamente Aquino de Bragança, Maria Eulália Brito, Luís de Brito, Kurt Mandorin, Barry Munslow, António Pacheco, David Wield e Marc Wuyts.

A Questão Rodésiana, utilizando a perspectiva de análise de classes marxista, procurava compreender o desenvolvimento das estruturas coloniais económicas da Rodésia com o objectivo de distinguir as diferentes classes sociais e facções de classe que emergiram da base colonial. Pretendia ainda identificar as prováveis posições de classe que as classes e facções de classe poderiam tomar naquela fase da luta no Zimbabwe (CEA 1978). Neste relatório, os investigadores do CEA examinam questões candentes para a fase de transição para a independência do Zimbabwe, nomeadamente a importância do investimento estrangeiro na Rodésia, a questão da terra, a dimensão, composição e carácter da classe operária, e inferências sobre o seu papel revolucionário na fase de transição para a independência. Trazem ainda alguns dados sobre a pequena burguesia africana e a população colona, tentando fornecer elementos para uma reflexão sobre a sua heterogeneidade e potencial para o Zimbabwe pós-independente.

A génese de uma nova forma de fazer pesquisa

Apesar de o Relatório Final saído desta pesquisa não ter sido um estudo em profundidade sobre o Zimbabwe, uma vez que o material bibliográfico empírico e disponível em Moçambique era bastante exíguo nesta área, e porque nenhum dos seus investigadores era especialista no Zimbabwe, esta pesquisa teve o condão de mudar radicalmente a dinâmica de pesquisa do Centro ao introduzir três inovações: 1) Uma abordagem do 'actual' (sem contudo deixar de levar em consideração as suas raízes históricas), em vez de incidir na história enquantotal; 2) uma mudança da pesquisa individual para a pesquisa colectiva; e 3) a introdução de um sentido de urgência na pesquisa, para responder a preocupações imediatas. Este último ponto também significava que o intervalo de tempo para se fazer pesquisa era limitado, e que os resultados tinham que se sujeitar a prazos muito claros.

Assim, com a emergência desta nova prática científica no CEA, a sua antiga divisão *epistémica* não fazia mais sentido. O CEA passou então a estar mais focalizado em questões apegadas aos desafios *actuais* da reconstrução nacional e da transformação das condições sociais. Enfim, um tipo de abordagem científica com um carácter mais actual e urgente. Deve, no entanto, salientar-se que esta ênfase no actual não anulou a preocupação do Centro de contextualizar sempre *historicamente* toda a sua pesquisa, trazendo à discussão o impacto da presença colonial no Moçambique contemporâneo.

É a partir desta fase que o CEA muda também a sua ênfase de uma pesquisa essencialmente individual, que muitas das vezes seguia critérios pessoais dos investigadores, ligados por exemplo aos seus projectos de fim do curso, para uma *pesquisa maioritariamente colectiva*, sem, contudo, anular de forma absoluta, a primeira.²² O trabalho do CEA acabava, assim, por aparecer no colectivo.

A pesquisa colectiva reflectia desta forma um trabalho de convergência e de consenso sobre a interpretação dos factos. Mesmo aqueles estudos que apareciam assinados individualmente eram fruto de discussões e debate dentro do Centro.²³

A escolha de métodos colectivos de trabalho estava intimamente relacionada com a visão de mundo marxista da Frelimo, do poder colectivo, do poder como ‘grãos de areia que não se podem separar’, em oposição ao que era considerado como ‘individualismo burguês e elitista’. Como afirmava Samora Machel em 1976, num discurso por ocasião do Dia Mundial do Trabalhador, ‘o saber e a ciência possuem uma dimensão eminentemente e intrinsecamente colectiva’.²⁴ No mesmo diapasão, o CEA assumia como princípio ‘a rejeição da divisão do trabalho na produção de conhecimento característico da burguesia, e do departamentalismo e carreirismo académico, bem como o isolamento profissional que aquela divisão de trabalho gera.’ (CEA 1980:2)

O sentido de *urgência* no trabalho do CEA é também produto desse engajamento com a estratégia de desenvolvimento socialista em Moçambique, no contexto das lutas de libertação na África Austral. Era preciso analisar questões candentes da economia de Moçambique em ‘transição para o socialismo’, como também de Moçambique no contexto da África Austral, especialmente na sua relação com o regime racista sul-africano. Como afirmou Ganhão em 1982, na reunião organizada pela Unesco sobre problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais na África Austral:

Existe a necessidade urgente de investigar e controlar regularmente o sistema sul-africano, de estudar e prever os desenvolvimentos da sua economia, na medida em que estes afectam os restantes Estados da região. Devemos investigar as questões que, no âmbito da SADCC, têm de ser resolvidas para que as estratégias específicas de desenvolvimento das economias possam ter sucesso (Ganhão 1984:16).

No prefácio da segunda edição, o CEA enfatiza esta nova função social dos intelectuais que era de manter um sentido de urgência e de actualidade na pesquisa, ao afirmar que

no Moçambique pós-colonial o facto de a obra ter sido preparada especificamente como um trabalho de base para a conferência constitucional de Genebra sobre o Zimbabwe, realizada em Outubro de 1976, realça a sua importância como documento politicamente orientado que tem como objectivos expor o problema fundamental e conduzir as mentalidades para a sua solução (CEA 1978:16).

Em suma, foram estas três inovações – actualidade da pesquisa, o colectivo e o sentido de urgência – que deram uma nova dinâmica à pesquisa científica do CEA, impulsionando, deste modo, a emergência de um novo campo de investigação no Moçambique independente. O CEA, sob batuta de Aquino de Bragança e de Ruth First, procurava desenvolver uma pesquisa aplicada e

politicamente orientada, mas sempre com uma visão crítica e ‘des-dogmatizada’ em relação ao marxismo-leninismo da Frelimo. Aquino de Bragança acreditava que ‘a função do intelectual, mais do que trazer soluções era de questionar’.²⁵ Contudo, esta não era a questão central que o poder político procurava enfatizar. Segundo o Reitor Ganhão, a universidade era vista como ‘uma estrutura organizada para produzir intelectuais que estivessem decididos a engajar-se no processo prático de transformação social’ (Ganhão 1984: 16). Portanto, mais do que compreender e questionar, era preciso mudar as condições sociais de Moçambique em ‘transição para o socialismo’.

É neste sentido, que se pode afirmar que a pesquisa do CEA procurou sempre estar em consonância com o que eram as estratégias de desenvolvimento social e económico da Frelimo e do Estado. Temas ligados à socialização do campo, desenvolvimento rural, organização das aldeias comunais, desemprego, etc, tornaram-se prioridades de pesquisa, uma vez que eram primeiramente prioridades políticas do Estado. Mas é preciso referir que estávamos em presença de um movimento dialéctico. Quer dizer, muitas das prioridades políticas só assim se tornariam depois de estudos empíricos levados a cabo pelo CEA, com vários dias de pesquisa de terreno nas comunidades, estudos esses que criticavam as políticas e sugeriam mudanças de estratégia por parte do Estado em relação às vias de desenvolvimento do país.

Conclusão

Apesar de *A Questão Rodésiana* não poder ser considerada como a melhor produção científica do CEA, nem preencher todos os requisitos de qualidade, uma vez que, como já foi mencionado, nenhum dos seus investigadores na altura ser especialista em assuntos ligados à realidade zimbabweana, tentámos mostrar que, mesmo assim, a *Questão Rodésiana* teve o condão de mudar radicalmente a dinâmica de pesquisa do Centro, e permitir a emergência de um novo campo da pesquisa no pós-independência, ao introduzir três inovações: (1) uma abordagem ao ‘actual’ (sem contudo deixar de levar em consideração as suas raízes históricas); (2) uma mudança da pesquisa individual para a pesquisa colectiva; e (3) a introdução de um sentido de urgência na pesquisa para responder a preocupações imediatas. Este último ponto também significava que o intervalo de tempo para se fazer pesquisa era limitado, e que os resultados da pesquisa tinham que se sujeitar a prazos muito claros. Nascia assim, a partir da pesquisa para *A Questão Rodésiana*, uma nova forma de se fazer pesquisa em Ciências Sociais no Moçambique independente, e que iria perdurar até ao fim da fase socialista de Moçambique, iniciada com a realização do Quarto Congresso da Frelimo em 1984.

Notas

1. Shula Marks, historiadora sul-africana, no seu tributo a Ruth First, por ocasião do assassinato desta em Maputo, e nas instalações do CEA, deu grande ênfase ao papel de Ruth First no Centro, deixando de lado questões, por exemplo, relacionadas com as ligações do Centro e a Frelimo/Estado e como essas relações tiveram impacto em todo o trabalho do CEA, tanto na selecção dos temas de pesquisa como também na escolha de métodos colectivos de trabalho como a característica principal do CEA (Marks 1983). Entre todos os investigadores do CEA daquela altura por mim entrevistados, somente Marc Wuyts enfatizou a grande contribuição da *Questão Rodesiana*. Os restantes investigadores apenas referiram a obra *O Mineiro Moçambicano*, o Curso de Desenvolvimento, além da Oficina de História, como os grandes contributos do CEA.
2. Se comparadas com outros cursos como Ciências Naturais, Agrárias, Medicina e Engenharias, as Ciências Sociais eram de fraca expressão em Moçambique na altura. Por exemplo, enquanto em 1969 o total da população estudantil das Ciências Sociais era de 267 estudantes, os das Ciências ditas “exactas” era de 1366 (Pacheleque *et al.* 1993).
3. Teresa Cruz e Silva, Investigadora do CEA desde a sua criação, era na altura da independência aluna finalista do Bacharelato em História na ex-Universidade de Lourenço Marques.
4. Entrevista com Teresa Cruz e Silva, Agosto de 2007.
5. Entrevista a João Paulo Borges Coelho, 2 de Agosto de 2007.
6. Para uma leitura sumária sobre alguns aspectos da Antropologia em Moçambique, ver Loforte e Mate 1993.
7. Penvenne 1985: 110, tradução minha.
8. Jornal *Noticias*, 6 de Dezembro de 1976.
9. Entrevista de Antonio Souto a Fernando Ganhão, Jornal *Noticias*, 16 de Janeiro de 1975, p.2.
10. Segundo Foucault, cada sociedade tem o seu regime de verdade, a sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso acolhidos e postos a funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Foucault, 1981.
11. Entrevista com Fernando Ganhão, Julho de 2007.
12. Entrevista com Fernando Ganhão, Julho de 2007.
13. Entrevista com Marc Wuyts, Julho de 2009. Tradução minha.
14. Depoimento de Pietro Petrucci, jornalista italiano. Bragança 2009: 55.
15. Segundo Moore 1985, do final dos anos 1975 aos princípios de 1977, a luta de libertação no Zimbábue foi liderada por um grupo de jovens comandantes de orientação marxista, comprometidos com a união do *Zimbabwe African National Union (ZANU)* e da *Zimbabwe African People’s Union (ZAPU)* e dos seus exércitos, e com o desejo de conquistar a

- soberania nacional e derrotar o neo-colonialismo. Para uma leitura sobre a história dos movimentos de libertação do Zimbabwe ver Moore 1985; Henriques 1997.
16. Para uma discussão sobre as origens da RENAMO, ver Young 1990, Hall 1990.
 17. Segundo esta autora, A Resistência Nacional Moçambicana ficou conhecida por vários acrónimos, nomeadamente, além de Renamo, cunhado em 1983, MNR (especialmente no Zimbabwe).
 18. Editorial: “Estamos em guerra”. Jornal *Notícias*, 4 de Julho de 1976.
 19. Nem todos os investigadores do CEA, participaram neste Projeto. Dos nacionais, somente participaram nesta investigação o Grupo da África Austral, nomeadamente, Aquino de Bragança, Maria Eulália de Brito, Luís de Brito e António Pacheco.
 20. Entrevista a Marc Wuyts, Julho de 2009.
 21. Não chegou a cumprir a sua missão uma vez que na altura em que o Relatório fora finalizado já tinha decorrido a referida conferência.
 22. Os investigadores do CEA não deixaram, claro, de publicar artigos e relatórios de pesquisa individuais. Estes eram publicados, por exemplo, nas Revistas do CEA, *Estudos Moçambicanos* e *Não Vamos Esquecer*. Foram também publicados relatórios de investigação com assinatura individual, como é o caso, por exemplo, do estudo de Wuyts (1979).
 23. Nas entrevistas por mim realizadas aos pesquisadores do CEA, estes, na sua maioria, mencionaram esta *praxis* do Centro de sempre discutir colectivamente os trabalhos de pesquisa, desde a fase da concepção até à apresentação dos resultados. Por outro lado, em documentos por mim consultados, por exemplo, sobre o Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento do CEA, vários deles, em actas e outros relatórios, mencionavam a participação colectiva, tanto dos professores e investigadores como dos alunos na análise crítica e avaliação dos projectos de pesquisa realizados pelo CEA. Este Curso de Desenvolvimento teve também uma importância extremamente grande para a definição do trabalho intelectual do Centro, bem como na inauguração desta nova forma de fazer pesquisa no Moçambique pós-independente. É um tema que tento abordar com mais profundidade na minha Tese de Doutoramento (ainda em curso).
 24. Jornal *Notícias*, 3 de Maio de 1976.
 25. Depoimento de José Luís Cabaço, no Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança, Maputo, 28-29 de Julho de 2009

Referências

- Aasland, Tertit, 1984, “Research in Mozambique – A survey of the research sector in Mozambique with an introduction on Norwegian assistance to development research and to Mozambique”, Oslo.
- Beverwijk, Jasmin, 2005, “The Genesis of a System – Coalition Formation in the Mozambican Higher Education (1993-2003)”, PhD Thesis.
- Bragança, Sílvia, 2009, *Aquino de Bragança – Batalhas ganhas, sonhos a continuar*, Maputo: Ndjira.

- Buendia, Miguel, 1999, *Educação Moçambicana – História de um Processo*, Maputo: Livraria Universitária.
- CEA, 1978, *A Questão Rodésiana*, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- CEA, 1980, “Editorial – Subdesenvolvimento e Trabalho Migratório”, *Estudos Moçambicanos*, No. 1, pp. 2-8.
- Cruz e Silva, 2005, “Instituições de Ensino Superior e Investigação em Ciências Sociais: A herança colonial, a construção de um sistema socialista e os desafios do século XXI. O caso de Moçambique”, in Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo e Carlos Cardoso, orgs., *Lusofonia em África – História, Democracia e Integração Africana*, Dakar: Codesria, pp. 33-44.
- Foucault, Michel, 2009, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Ganhão, Fernando, 1984, “Problemas e prioridades na formação em ciências Sociais”, *Estudos Moçambicanos*, No. 4, pp. 5-17
- Hall, Margaret, 1990, “The Mozambican National Resistance Movement (RENAMO): A Study in the Destruction of an African Country”, *Africa: Journal of International African Institute*, Vol. 60, No. 1, pp. 39-68.
- Henriques, Julian, 1997, “The Struggles of the Zimbabweans: Conflicts between the Nationalists and the Rhodesian Regime”, *African Affairs*, Vol.76, No. 305, pp. 495-518.
- Loforte, Ana; Mate, Alexandre, 1993, “As Ciências Sociais em Moçambique” (mimeo).
- Marks, Shula, 1983, “Ruth First. A Tribute”, *Journal of Southern African Studies*, Vol.10, No. 1, pp.123-128.
- Moore, David, 1985, “Democracy, Violence and Identity in the Zimbabwean war of National Liberation: Reflections from the Realms of Dissent”, *Canadian Journal of African Studies*, Vol. 29, No. 3, pp. 375-402.
- Pacheleque, Calisto, *et al.*, 1993, Formação e Investigação em Ciências Sociais – Seminário (4 e 5 de Março), pp.1-24.
- Penvenne, Jeanne, 1985, “A Luta Continua! – Recent literature on Mozambique”, in *International Journal of African Historical Studies*, 18 (1).
- Wuyts, Marc, 1979, “Camponeses e economia rural em Moçambique”, Maputo: CEA.
- Young, Tom, 1990, “The MNR/RENAMO: External and Internal dynamics”, *African Affairs*, Vol. 89, No. 357, pp. 491 – 509.
- Zamparoni, Valdemir, 2007, “De Escravo a Cozinheiro – Colonialismo e Racismo em Moçambique”, Salvador: EDUFBA/CEAO.